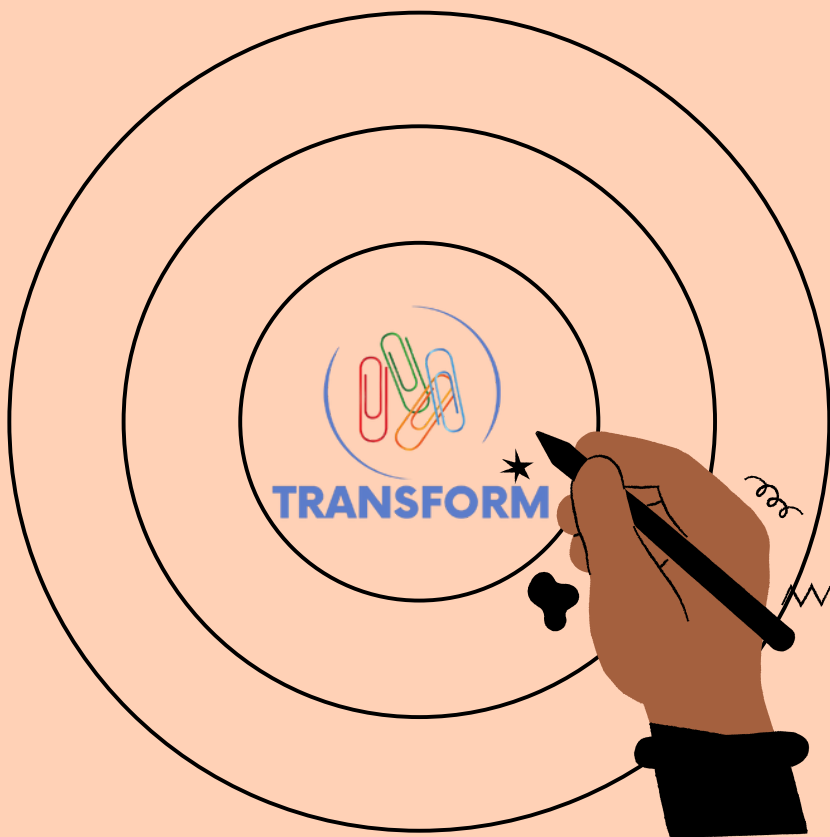


NÚMERO DO PROJETO:2023-1-IE01-KA220-VET-000159740

Guia Metodológico para a Educação Transformadora na Europa

Diretriz de Referência



Co-funded by
the European Union



TRANSFORM

COLABORADORES E AGRADECIMENTOS

Guia Metodológico para a Educação Transformadora na Europa

O GUIA DE REFERÊNCIA DIGITAL FOI DESENVOLVIDO COMO RESULTADO DO PROJETO TRANSFORM – EDUCAÇÃO TRANSFORMATIVA PARA A INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL, E FOI CONCEBIDO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA. INCLUI TEORIAS DE ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO TRANSFORMATIVA, ESTUDOS DE CASO QUE APRESENTAM AS MELHORES PRÁTICAS EM MATÉRIA DE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO NO ÂMBITO DO ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAIS, E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS FUNDAMENTAIS PARA A APLICAÇÃO DESTES CONCEITOS NA PRÁTICA.

Data da Publicação 2025

AUTORES:

Highlight your commitment to your standards and values. Kamila Wodka, Natalia Truszkowska, Education Agency for Development and Innovation – IDEA not-for-profit Sp. z o.o.

Debora Ercoli, TUCEP – Tiber Umbria Comett Education Programme

Humera Sajid, Meath Partnership

Sitareniou Dimitra, Bokolas Vassilis, Tzika Katerina, XENIOS POLIS

Maria Naiara Julián, Asociación Empresas CON VALORES

Maria Potes Barbas, IPSANTARÉM

LICENÇA E RECONHECIMENTOS

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). Agradecemos às plataformas Canva pelos recursos visuais utilizados neste documento.



O projeto Educação transformadora para a inclusão e integração social - TRANSFORM (número do projeto: 2023-1-IE01-KA220-VET-000159740) é cofinanciado pela União Europeia. O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do seu conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.

CONTEÚDO

ÍNDICE

CAPÍTULO 1

Introdução à inclusão, integração e migração

CAPÍTULO 2

Políticas e estruturas nos sistemas de ensino e formação profissional

CAPÍTULO 3

Conceção de programas de formação inclusivos

CAPÍTULO 4

Ensinar e apoiar alunos diversos

CAPÍTULO 5

Avaliação e Avaliação na Educação Inclusiva

CAPÍTULO 6

Desenvolvimento profissional e aprendizagem contínua



Co-funded by
the European Union

CAPÍTULO 1

Introdução à Inclusão, Integração e Migração

Introdução Desenvolvida por: Kamila Wodka, Natalia Truszkowska
Education Agency for Development and Innovation – IDEA not-for-profit Sp. z o.o.

Introdução e objetivos

Atualmente, as comunidades já não são culturalmente homogêneas, mas tornaram-se microcosmos de diversidade, refletindo as diversas origens culturais, linguísticas e socioeconômicas. Neste contexto, há uma grande necessidade de trabalhar a diversidade, a inclusão e a integração social com educadores do ensino e formação profissional (EFP), assistentes sociais e todos aqueles que apoiam pessoas excluídas, uma vez que os educadores do EFP têm a tarefa de promover ambientes de aprendizagem inclusivos e integradores que atendam às diversas necessidades dos alunos.

Este capítulo explora os conceitos de inclusão, integração e migração, destacando a sua importância no contexto do EFP e fornecendo insights e estratégias para que os educadores criem ferramentas de ensino equitativas e de apoio e enfrentem estes desafios de forma eficaz.



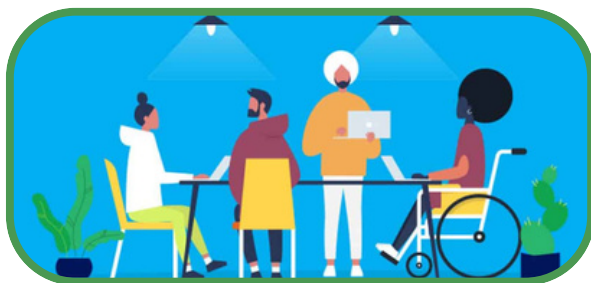
CAPÍTULO 1

Compreender os conceitos-chave

Educação inclusiva

Em 1994, a inclusão foi apresentada como uma nova abordagem pedagógica promissora na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca (UNESCO 1994) e essa foi uma das primeiras definições de inclusão. Existem diferentes definições de inclusão, mas ao combiná-las, descobrimos que a educação inclusiva é uma abordagem à educação e à aprendizagem que garante que todas as pessoas tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade num ambiente colaborativo, independentemente da sua capacidade, deficiência, origem ou circunstâncias pessoais.

Para os educadores do ensino e formação profissional, educação inclusiva significa conceber currículos e ambientes de aprendizagem que sejam acessíveis e adaptados a indivíduos com necessidades diversas, tais como alunos com deficiências, barreiras linguísticas, condições mentais ou diferenças culturais (Jardinez & Natividad, 2024). A inclusão garante que todos os alunos se sintam valorizados e tenham o apoio de que necessitam para atingir o seu pleno potencial. Isto inclui a promoção de uma cultura de respeito, justiça e colaboração dentro da sala de aula e fora dela (Freire & Cesar, 2003).



CAPÍTULO 1

Educação inclusiva

Ao contrário da inclusão, que está enraizada na mudança sistémica, a integração envolve a adição de apoios específicos para ajudar as pessoas a adaptarem-se às estruturas existentes. A integração concentra-se em ajudar os alunos de diversas origens, especialmente os imigrantes, a adaptarem-se eficazmente e a contribuírem para o novo ambiente educativo e social (Omanović & Langley, 2021). Os educadores do EFP têm um enorme impacto na eficácia da integração entre as pessoas excluídas. Isto inclui promover um sentimento de pertença, construir uma compreensão intercultural e abordar as barreiras sistémicas à participação, para além da formação linguística, académica ou técnica. A integração pode ser um passo em direção à inclusão, mas corre o risco de marginalização se as pessoas excluídas não estiverem genuinamente envolvidas ou valorizadas (Lough, Barbelet, Njeri, 2022). Assim, num contexto de EFP, a integração pode incluir o fornecimento de apoio personalizado às pessoas excluídas para colmatar as lacunas culturais e de conhecimento, incentivando a mentoria entre pares e envolvendo as partes interessadas locais na criação de oportunidades de estágio e emprego para alunos diversificados.

Education for Migration

A migração introduz novas dinâmicas nos sistemas de ensino e formação profissional (EFP), uma vez que indivíduos de diversos países e culturas diferentes contribuem com perspetivas, competências e desafios únicos para os ambientes educativos. Para os educadores, reconhecer o impacto da migração significa compreender as necessidades específicas dos alunos migrantes, incluindo a aquisição da língua, o reconhecimento de credenciais e a adaptação cultural (Tran & Nyland, 2011). Além disso, os educadores podem aproveitar essa diversidade para melhorar a experiência de aprendizagem de todos os envolvidos. Para isso, devem conhecer ferramentas e formas específicas de integrar os imigrantes na comunidade local. Para a EFP



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 1

Por que a inclusão, a integração e a migração são importantes na EFP

A emigração desempenha um papel fundamental na configuração dos fluxos migratórios contemporâneos na Europa. A livre circulação de pessoas dentro da União Europeia permitiu que muitas pessoas buscassem melhores condições de vida e de trabalho. Ao mesmo tempo, migrantes de fora da Europa estão a chegar em busca de novas oportunidades económicas. Conflitos, como guerras civis, estão a levar a fluxos massivos de refugiados, enquanto as alterações climáticas estão a tornar-se um fator de migração cada vez mais importante, especialmente em regiões como África e o Médio Oriente (Van Mol & De Valk, 2015). Perante estes desafios, são muito importantes medidas eficazes de integração social e cultural. A medida que as economias procuram uma mão de obra mais qualificada e flexível, os sistemas de ensino e formação profissionais (EFP) são cada vez mais reconhecidos pelo seu papel na preparação dos alunos para uma variedade de indústrias. A migração tem desempenhado um papel crucial no aumento do crescimento do mercado de trabalho, com muitos países a beneficiarem dos migrantes que preenchem lacunas essenciais de competências. No entanto, para garantir o sucesso destes alunos, é vital combater as desigualdades sistémicas e cultivar ambientes que os capacitem (A Contribuição da Migração para o Desenvolvimento Regional, 2022).



CAPÍTULO 1

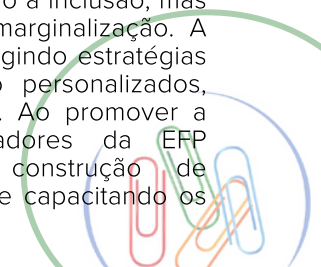
Por que a inclusão, a integração e a migração são importantes na EFP

Integrar pessoas socialmente excluídas e imigrantes, desenvolver sensibilidade e capacidade de resposta à diversidade e ao multiculturalismo é crucial hoje em dia, num mundo em globalização. Com o aumento do número de contactos interculturais, tanto na vida profissional como social, a capacidade de compreender e aceitar as diferenças culturais torna-se essencial. Promover a abertura a outras perspetivas fortalece os laços sociais, reduz o preconceito e promove a cooperação harmoniosa em comunidades diversas. A sensibilidade à diversidade também ajuda a criar ambientes mais inclusivos, onde todos, independentemente da sua origem ou identidade cultural, se podem sentir aceites e valorizados. Este tipo de abordagem não só constrói capital social, como também estimula a inovação, enriquecendo as comunidades com novas ideias e experiências. Por isso, é importante que os formadores do EFP tenham acesso a recursos educativos atualizados, para que possam empregar estratégias que tenham em conta a diversidade cultural e as necessidades individuais.

É crucial desenvolver competências culturais através da aprendizagem dos valores, estilos de comunicação e preferências de aprendizagem dos alunos, o que lhes permite criar uma atmosfera respeitosa e receptiva. A adaptação dos métodos de ensino, como a aplicação dos princípios do Design Universal para a Aprendizagem (UDL), apoia a disponibilidade de materiais didáticos e envolve grupos diversos. Apoiar a aquisição de competências linguísticas através da colaboração com linguistas e da utilização de recursos bilingues é também um aspeto importante.

Resumo e reflexão

Atualmente, as comunidades refletem uma crescente diversidade cultural, linguística e socioeconómica, criando uma necessidade premente de se concentrar na inclusão, integração e migração na Educação e Formação Profissional (EFP). A educação inclusiva garante acesso igualitário a uma aprendizagem de qualidade para todos, acomodando necessidades diversas e promovendo o respeito e a colaboração. A integração, ao mesmo tempo que fornece apoio específico para a adaptação, é um passo em direção à inclusão, mas requer um envolvimento genuíno para evitar a marginalização. A migração traz desafios e oportunidades únicos, exigindo estratégias como competência cultural, métodos de ensino personalizados, apoio linguístico e aproveitamento da tecnologia. Ao promover a diversidade e o multiculturalismo, os educadores da EFP desempenham um papel fundamental na construção de comunidades inclusivas, reduzindo o preconceito e capacitando os alunos para o sucesso social e económico.



CAPÍTULO 1

Referências Bibliográficas

1. Krischler, M., Powell, J. J. W., & Pit-TenCate, I. M. (2019). What is meant by inclusion? On the effects of different definitions on attitudes toward inclusive education. *European Journal of Special Needs Education*, 34(5), 632–648.
<https://doi.org/10.1080/08856257.2019.1580837>
2. UNESCO. (1994). *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Salamanca, Spain. Paris, France: UNESCO.
3. Freire, S., & César, M. (2003). Inclusive ideals/inclusive practices: how far is a dream from reality? Five comparative case studies. *European Journal of Special Needs Education*, 18(3), 341–354. <https://doi.org/10.1080/0885625032000120224>
4. Bernad-Cavero, O., Núria Llevot Calvet, & Intechopen (Firm). (2018). *New Pedagogical Challenges in the 21st Century : Contributions of Research in Education*. Intechopen.
<https://doi.org/10.5772/intechopen.72341>
5. Sipos, Y., Battisti, B., & Grimm, K. (2008). Achieving transformative sustainability learning: engaging head, hands and heart. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 9(1), 68–86.
<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14676370810842193/full/h tml>
6. Jardinez, M. J., & Natividad, L. R. (2024). The Advantages and Challenges of Inclusive Education: Striving for Equity in the classroom. *Shanlax International Journal of Education*, 12(2), 57–65.
<https://doi.org/10.34293/education.v12i2.7182>
7. Omanović, V., & Langley, A. (2023). Assimilation, Integration or Inclusion? A Dialectical Perspective on the Organizational Socialization of Migrants. *Journal of Management Inquiry*, 32(1), 76–97.
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10564926211063777>
8. Lough, O., Barbelet, V. and Njeri, S. (2022) Inclusion and exclusion in humanitarian action: findings from a three-year study. HPG report. London: ODI www.odi.org/en/publications/inclusion-and-exclusion-in-humanitarian-action- findings-from-a-three-year-study
9. Tran, L., & Nyland, C. (2011). *International Vocational Education and Training - the Migration and Learning mix*. Australian Journal of Adult Learning, 51(1), 8–31.
<http://dro.deakin.edu.au/eserv/DU:30055899/tran-internationalvocational- 2011.pdf>
10. The contribution of migration to regional development. (2022). In *OECD regional development studies*.
11. Van Mol, C., & De Valk, H. (2015). Migration and immigrants in Europe: a historical and demographic perspective. In *IMISCOE research series* (pp. 31–55).
https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-21674-4_3

CAPÍTULO 2

Políticas e Estruturas nos Sistemas de Ensino e Formação Profissional

Desenvolvido por: Debora Ercoli
TUCEP – Tiber Umbria Comett Education Programme

Introdução e objetivos

A União Europeia tem consistentemente priorizado a educação e a formação como pilares para promover a coesão social, o crescimento económico e o desenvolvimento pessoal.

Em consonância com políticas fundamentais, como o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, é dada especial ênfase à garantia de acesso equitativo à educação e à formação para migrantes e outros grupos vulneráveis. Os sistemas de ensino e formação profissionais (EFP) desempenham um papel crucial neste esforço, uma vez que estão numa posição única para colmatar lacunas de competências, facilitar a integração no mercado de trabalho e promover a aprendizagem ao longo da vida. No entanto, a diversidade das estruturas e abordagens do EFP nos países europeus apresenta tanto oportunidades como desafios para a harmonização dos mecanismos de apoio.

Este capítulo tem como objetivo explorar o alinhamento dos quadros nacionais de EFP com os objetivos mais amplos das políticas europeias de educação, identificando simultaneamente as melhores práticas e estratégias para reforçar a inclusão e a eficácia dos sistemas de EFP, em particular para os migrantes.



CAPÍTULO 2

Fundamentos Teóricos

Nos últimos cinco anos, a Europa acolheu muitos jovens migrantes. Isso criou desafios para ajudá-los, bem como às suas famílias, a estabelecerem-se e prosperarem. A educação e a formação são essenciais para a sua integração bem-sucedida, pois abrem portas para o mercado de trabalho.

A Educação e Formação Profissional (EFP) é particularmente eficaz para ajudar os jovens na transição da escola para o trabalho, especialmente os jovens desfavorecidos. No entanto, os sistemas de EFP têm sido frequentemente utilizados de forma inconsistente para os migrantes, e muitos enfrentam barreiras como recursos limitados, diferenças linguísticas e falta de conhecimento sobre as oportunidades disponíveis.

A mensagem principal é que a criação de sistemas de EFP inclusivos e flexíveis beneficia todos — não só os migrantes, mas também outros estudantes desfavorecidos —, criando sistemas de educação e formação mais fortes e adaptáveis.

Educação para a Migração

Neste contexto, desde 2016, a Comissão Europeia tem apoiado os Estados-Membros da UE nos seus esforços para integrar os migrantes nos seus sistemas de educação e formação, desde a educação e cuidados na primeira infância até ao ensino superior. A Comissão reconhece que os estudantes com antecedentes de refugiados ou migrantes enfrentam frequentemente dificuldades em adaptar-se a um novo ambiente de aprendizagem. Por outro lado, os profissionais da educação e da formação podem beneficiar grandemente da orientação e da partilha de boas práticas para responder eficazmente às necessidades de aprendizagem dos estudantes em salas de aula diversificadas e multilingues.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 2

Fundamentos Teóricos

Nos últimos cinco anos, a Europa acolheu muitos jovens migrantes. Isso criou desafios para ajudá-los, bem como às suas famílias, a estabelecerem-se e prosperarem. A educação e a formação são essenciais para a sua integração bem-sucedida, pois abrem portas para o mercado de trabalho.

A Educação e Formação Profissional (EFP) é particularmente eficaz para ajudar os jovens na transição da escola para o trabalho, especialmente os jovens desfavorecidos. No entanto, os sistemas de EFP têm sido frequentemente utilizados de forma inconsistente para os migrantes, e muitos enfrentam barreiras como recursos limitados, diferenças linguísticas e falta de conhecimento sobre as oportunidades disponíveis.

A mensagem principal é que a criação de sistemas de EFP inclusivos e flexíveis beneficia todos — não só os migrantes, mas também outros estudantes desfavorecidos —, criando sistemas de educação e formação mais fortes e adaptáveis.

Neste contexto, desde 2016, a Comissão Europeia tem apoiado os Estados-Membros da UE nos seus esforços para integrar os migrantes nos seus sistemas de educação e formação, desde a educação e cuidados na primeira infância até ao ensino superior. A Comissão reconhece que os estudantes com antecedentes de refugiados ou migrantes enfrentam frequentemente dificuldades em adaptar-se a um novo ambiente de aprendizagem. Por outro lado, os profissionais da educação e da formação podem beneficiar grandemente da orientação e da partilha de boas práticas para responder eficazmente às necessidades de aprendizagem dos estudantes em salas de aula diversificadas e multilingues.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 2

Fundamentos Teóricos

Em novembro de 2020, a Comissão apresentou o Plano de Ação para a Integração e a Inclusão 2021-2027, que visa promover a inclusão através de uma abordagem abrangente que envolve as comunidades migrantes e locais, os empregadores, a sociedade civil e todos os níveis de governo. O plano destaca a importância de fornecer apoio específico ao longo de todo o processo de integração.

Embora os governos nacionais tenham a responsabilidade principal pela conceção e implementação das políticas sociais, a UE desempenha um papel fundamental na assistência aos Estados-Membros, fornecendo financiamento, desenvolvendo diretrizes e incentivando parcerias relevantes. Um dos principais focos do plano é a educação e a formação inclusivas, desde a primeira infância até ao ensino superior, com ênfase no reconhecimento mais rápido das qualificações e na aprendizagem de línguas, com o apoio do financiamento da UE.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 2

Estratégias para alinhar os programas de formação com as políticas europeias de EFP

Alinhar os quadros nacionais de Educação e Formação Profissional (EFP) com as políticas europeias mais amplas em matéria de EFP requer uma abordagem estratégica que concilie as prioridades nacionais com os objetivos comuns definidos nas iniciativas políticas europeias. Aqui estão os principais passos e estratégias para alcançar esse alinhamento:

1. Adotar os quadros políticos e as orientações da UE

- Alinhar Integrar recomendações-chave da UE, tais como a Agenda Europeia de Competências, o Processo de Copenhaga e a Recomendação do Conselho sobre o EFP para a competitividade sustentável, a justiça social e a resiliência, nas estratégias nacionais.

2. Estabelecer colaboração transfronteiriça

- Promover o intercâmbio de boas práticas através de programas financiados pela UE, como o Erasmus+ e o Fundo Social Europeu (FSE).
- Participar em iniciativas como a Aliança Europeia para a Aprendizagem (EaFA) para reforçar a cooperação em matéria de aprendizagem e aprendizagem em contexto de trabalho.

3. Aumentar o envolvimento das partes interessadas

- Colaborar com empregadores, instituições educativas e parceiros sociais para garantir que os quadros nacionais reflitam tanto as necessidades do mercado de trabalho como os objetivos da UE.
- Promover iniciativas centradas nos migrantes, trabalhando com ONG e organizações comunitárias para desenvolver programas de formação inclusivos e personalizados.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 2

4. Melhorar a garantia de qualidade e a monitorização

- Adotar o Sistema Europeu de Garantia da Qualidade no Ensino e Formação Profissionais (EQAVET)
- Monitorizar e avaliar regularmente os resultados das políticas de EFP utilizando os parâmetros de referência dos Indicadores de Modernização do EFP da UE.

5. Facilitar o reconhecimento de competências e a mobilidade

- Simplificar o reconhecimento das qualificações e da aprendizagem prévia através de ferramentas como o Quadro Europeu de Qualificações (EQF) e o Europass. Através destas ferramentas, os prestadores de EFP podem tornar as qualificações nacionais mais fáceis de compreender e mais comparáveis. Procura também apoiar a mobilidade transfronteiriça de estudantes e trabalhadores, incluindo migrantes, promovendo a aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento profissional em toda a Europa.
- Incentivar a utilização de microcredenciais para validar competências específicas, especialmente para migrantes com diferentes percursos educativos.

6. Investir no desenvolvimento de professores e formadores

- Dotar os educadores das competências necessárias para ministrar formação inclusiva e de alta qualidade, alinhada com as prioridades da UE, tais como inclusão e diversidade, digitalização e sustentabilidade.
- Desenvolver programas de desenvolvimento profissional contínuo para formadores de EFP, em conformidade com as normas da UE.

7. Migrantes e grupos vulneráveis como alvo

- Criar percursos personalizados que abordem os desafios únicos enfrentados pelos migrantes, incluindo barreiras linguísticas, integração cultural e avaliação de competências.
- Incorporar projetos financiados pela UE para apoiar a inclusão de migrantes em programas de EFP.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 2

Defender políticas inclusivas em ambientes educativos

Os líderes do ensino profissional e técnico desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de estratégias para garantir que todos os alunos, independentemente da sua origem ou capacidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Estas estratégias inclusivas devem enfatizar o desenvolvimento de políticas, o envolvimento da comunidade e a implementação prática para melhorar as estratégias de inclusão nas escolas e outros contextos educativos.

Os princípios seguintes representam elementos relevantes para o planeamento e a implementação de estratégias inclusivas em contextos educativos:

Identificando barreiras à inclusão

É essencial avaliar os desafios existentes antes mesmo de promover a inclusão cultural nos ambientes educativos. As barreiras à educação inclusiva podem ser físicas, como instalações inacessíveis, ou sistémicas, como currículos ou políticas tendenciosas. Os líderes do EFP devem avaliar minuciosamente esses obstáculos para desenvolver soluções específicas e eficazes.

Recolha de contributos da comunidade

O envolvimento da comunidade é vital para criar ambientes de aprendizagem inclusivos. Envolver alunos, pais, professores e outras partes interessadas fornece informações valiosas sobre as suas necessidades e experiências. Ferramentas como inquéritos, grupos de discussão, reuniões públicas e comissões de diversidade promovem a colaboração e ajudam a moldar estratégias inclusivas.



CAPÍTULO 2

Desenvolvimento de políticas e currículos

A educação inclusiva começa com políticas claras e currículos equitativos. As políticas devem definir o compromisso da instituição com a inclusão, incluindo medidas antidiscriminação, adaptações para pessoas com deficiência e apoio a grupos marginalizados. Os currículos devem integrar perspectivas diversas e promover o pensamento crítico e a competência cultural.

Desenvolvimento profissional e formação

Os educadores precisam de formação para criar ambientes inclusivos. Os programas de desenvolvimento profissional devem abordar a competência cultural, o ensino diferenciado e os métodos de ensino inclusivos. Recursos e apoio contínuos garantem que os educadores se mantenham informados sobre as melhores práticas e as tendências emergentes.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 2

Criando estruturas de apoio

A inclusão sustentável requer estruturas dedicadas, como coordenadores de inclusão, responsáveis pela diversidade e centros de recursos. A mentoria entre pares, atividades extracurriculares inclusivas e funções de apoio especializadas fornecem recursos para ajudar os alunos a prosperar.

Implementação de práticas inclusivas

Promovendo uma cultura inclusiva: Promova o respeito e o sentimento de pertencimento por meio de workshops sobre diversidade, eventos culturais e campanhas inclusivas. Iniciativas lideradas por estudantes e clubes de diversidade incentivam a participação ativa na criação de ambientes equitativos.

Monitorização contínua e feedback: Avalie regularmente as estratégias de inclusão com ferramentas como inquéritos e métricas de desempenho. O feedback dos alunos, pais e funcionários garante a melhoria contínua e o alinhamento com as necessidades da comunidade.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 2

Estudos de caso ou exemplos

Estudos de caso sobre inclusão educacional podem oferecer insights e modelos para a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, servindo como exemplos de ferramentas e abordagens eficazes nessa área. Nesse sentido, as seguintes melhores práticas e estudos de caso podem ajudar os líderes de EFP a incorporar políticas inclusivas nos ambientes educacionais:

Grupos de trabalho do Espaço Europeu da Educação:

Para ajudar na integração de refugiados e migrantes, a Comissão facilita o intercâmbio de boas práticas entre os Estados-Membros da UE através de atividades de aprendizagem mútua que abrangem diferentes temas e níveis de ensino (desde a infância até à educação de adultos).

Validação de competências para refugiados e migrantes na Noruega:

Inclui medidas tomadas para acelerar o mapeamento e a validação das aptidões e competências dos refugiados e outros imigrantes.

Escolas para a Inclusão:

Este projeto promove a educação inclusiva de crianças migrantes. Baseia-se nos princípios da educação inclusiva e no envolvimento de toda a escola.



CAPÍTULO 2

Resumo e reflexão

Este capítulo enfatiza o papel dos sistemas de Educação e Formação Profissional (EFP) na promoção da coesão social e do crescimento económico, ao mesmo tempo que aborda as lacunas de competências e a integração no mercado de trabalho. Explora o alinhamento dos quadros nacionais de EFP com as políticas europeias de educação, particularmente para migrantes e grupos vulneráveis.

Os principais destaques incluem:

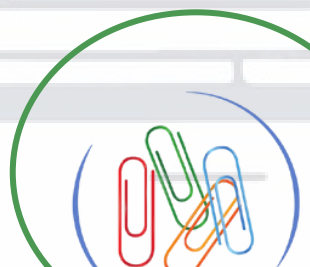
- A importância da inclusão e flexibilidade nos sistemas de EFP para lidar com barreiras como limitações linguísticas e de recursos.
- Medidas práticas e estratégias para alinhar os programas de formação às políticas europeias, tais como reforçar a colaboração transfronteiriça, adotar os quadros políticos e as orientações da UE, envolver as partes interessadas, promover o desenvolvimento profissional, facilitar o reconhecimento das competências e adaptar os programas de formação às necessidades específicas do público-alvo.
- Princípios para o planeamento e implementação de estratégias inclusivas em contextos educativos
- Exemplos práticos de inclusão educacional que fornecem insights e modelos para a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, como exemplos de ferramentas e abordagens eficazes nesta área.



CAPÍTULO 2

Questões para reflexão dos alunos:

- Compreender as barreiras: Quais são alguns dos desafios comuns que os migrantes enfrentam no acesso ao ensino profissional e como podem ser resolvidos?
- Alinhamento das políticas: Como é que as políticas da UE, como a Agenda Europeia de Competências, influenciam as abordagens nacionais à educação e formação?
- Papel dos educadores: Em que competências ou formação específicas devem os educadores do EFP se concentrar para promover ambientes de aprendizagem inclusivos?
- Envolvimento da comunidade: Como é que o envolvimento da comunidade pode aumentar a inclusão e a eficácia dos programas de EFP?
- Estudos de caso: Reflita sobre um dos estudos de caso apresentados (por exemplo, Design Universal para a Aprendizagem ou Validação de Competências na Noruega).
- Que lições podem ser aplicadas ao seu contexto educativo local?



CAPÍTULO 2

Referências Bibliográficas

1. Krischler, M., Powell, J. J. W., & Pit-Ten Cate, I. M. (2019). What is meant by inclusion? On the effects of different definitions on attitudes toward inclusive education. *European Journal of Special Needs Education*, 34(5), 632–648. <https://doi.org/10.1080/08856257.2019.1580837>
2. UNESCO. (1994). *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Salamanca, Spain. Paris, France: UNESCO.
3. Freire, S., & César, M. (2003). Inclusive ideals/inclusive practices: how far is a dream from reality? Five comparative case studies. *European Journal of Special Needs Education*, 18(3), 341–354. <https://doi.org/10.1080/0885625032000120224>
4. Bernad-Cavero, O., Núria Llevot Calvet, & Intechopen (Firm. (2018). *New Pedagogical Challenges in the 21st Century : Contributions of Research in Education*. Intechopen <https://doi.org/10.5772/intechopen.72341>
5. Sipos, Y., Battisti, B., & Grimm, K. (2008). Achieving transformative sustainability learning: engaging head, hands and heart. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 9(1), 68–86. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14676370810842193/full/html>
6. Jardinez, M. J., & Natividad, L. R. (2024). The Advantages and Challenges of Inclusive Education: Striving for Equity in the classroom. *Shanlax International Journal of Education*, 12(2), 57–65. <https://doi.org/10.34293/education.v12i2.7182>
7. Omanović, V., & Langley, A. (2023). Assimilation, Integration or Inclusion? A Dialectical Perspective on the Organizational Socialization of Migrants. *Journal of Management Inquiry*, 32(1), 76-97. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10564926211063777>
8. Lough, O., Barbelet, V. and Njeri, S. (2022) Inclusion and exclusion in humanitarian action: findings from a three-year study. HPG report. London: [ODI](https://www.odi.org/en/publications/inclusion-and-exclusion-in-humanitarian-action-findings-from-a-three-year-study) www.odi.org/en/publications/inclusion-and-exclusion-in-humanitarian-action-findings-from-a-three-year-study
9. Tran, L., & Nyland, C. (2011). *International Vocational Education and Training - the Migration and Learning mix*. Australian Journal of Adult Learning, 51(1), 8–31. <http://dro.deakin.edu.au/eserv/DU:30055899/tran-internationalvocational-2011.pdf>
10. The contribution of migration to regional development. (2022). In OECD regional development studies.
11. Van Mol, C., & De Valk, H. (2015). Migration and immigrants in Europe: a historical and demographic perspective. In IMISCOE research series (pp. 31–55). https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-21674-4_3

CAPÍTULO 3

Conceção de Programas de Formação Inclusivos

Desenvolvido por: Humera Sajid
Meath Partnership

Introdução e objetivos

A criação de programas de formação inclusivos tornou-se não apenas um objetivo, mas uma necessidade, à medida que a sociedade europeia se torna cada vez mais diversificada. Neste capítulo, exploraremos o desenvolvimento de programas de formação que atendem a todos os alunos, com foco particular no apoio aos que têm origem migrante. Também consideraremos os princípios fundamentais da educação inclusiva, estratégias para atender às necessidades multifacetadas de alunos diversos e métodos para criar, implementar e avaliar programas de formação inclusivos eficazes. Este capítulo tem como objetivo ajudar educadores e formadores a compreender os princípios da educação inclusiva e fornecer estratégias práticas para atender às diversas necessidades dos alunos. Aborda como desenvolver conteúdos e materiais didáticos inclusivos, implementar estratégias de ensino eficazes e avaliar programas inclusivos. Ao final, os leitores estarão preparados para criar experiências de aprendizagem impactantes que promovam a inclusão e o sucesso de todos os alunos nos sistemas de Educação e Formação Profissional (EFP) da Europa.



CAPÍTULO 3

Fundamentos Teóricos

A educação inclusiva baseia-se em muitas ideias importantes de especialistas que estudam como as pessoas aprendem. Essas ideias ajudam-nos a compreender por que é importante incluir todos nas nossas salas de aula e como podemos fazê-lo bem.

Vygotsky (1978) ensinou-nos que a aprendizagem ocorre melhor quando interagimos com outras pessoas. Ele acreditava que aprendemos conversando e trabalhando com as pessoas ao nosso redor, especialmente aquelas que sabem um pouco mais do que nós. Esta ideia apoia o trabalho em grupo e a tutoria entre pares nas salas de aula. Gardner (1983) mostrou que as pessoas são inteligentes de diferentes maneiras, não apenas de uma. Ele disse que existem muitos tipos de inteligência, como ser bom com palavras, números, música ou compreender os outros. Isto significa que os professores devem usar diferentes maneiras de ensinar e deixar os alunos mostrarem o que aprenderam de várias maneiras.



Universal Design for Learning

De acordo com Rose e Meyer (2002), é importante personalizar as aulas para que funcionem para todos, independentemente da melhor forma de aprendizagem de cada um. Eles chamam isso de Design Universal para Aprendizagem. Trata-se de projetar e ministrar o currículo de acordo com as necessidades, interesses e nível de habilidades de cada aluno. Isso pode significar o uso de imagens, vídeos e atividades práticas, e não apenas livros. Bronfenbrenner (1979) lembrou-nos que a família, a escola e a comunidade de uma pessoa desempenham um papel importante na sua aprendizagem. Ele disse que precisamos de pensar em todas estas partes da vida de um aluno para compreender como ele aprende melhor. Isto significa trabalhar com as famílias e as comunidades para apoiar a aprendizagem dos alunos.



CAPÍTULO 3

Outros investigadores que se basearam no trabalho de Vygotsky demonstraram a importância da cultura na aprendizagem (Lantolf, 2000). Segundo eles, o nosso contexto cultural molda a forma como pensamos e aprendemos. Isso significa que os professores devem respeitar e utilizar o conhecimento cultural dos alunos nas suas aulas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) baseiam-se nos anteriores Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e visam garantir uma educação inclusiva e equitativa para todos. O ODS 4 apela aos países para que proporcionem uma educação de qualidade e promovam oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. O Quadro de Ação Educação 2030 foi adotado globalmente para apoiar o progresso na consecução do ODS 4, enfatizando a necessidade de abordar todas as formas de exclusão e marginalização, particularmente em termos de acesso, participação e resultados de aprendizagem. Peters, (2004)



Todas essas ideias juntas ajudam os professores a criar salas de aula onde todos podem aprender bem, independentemente da sua origem ou habilidades. Elas mostram-nos que a educação inclusiva não se resume a ter todos na mesma sala, mas sim a valorizar as formas únicas de aprendizagem e pensamento de cada pessoa.

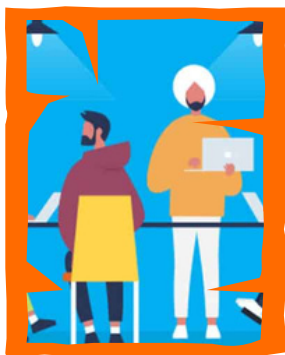


CAPÍTULO 3

Princípios da Educação Inclusiva

A educação inclusiva baseia-se na crença fundamental de que todos os alunos, independentemente da sua origem, capacidades ou circunstâncias, devem ter oportunidades iguais de aprender, participar e ter sucesso em contextos educativos (UNESCO, 2017). As abordagens educativas tradicionais muitas vezes ficam aquém do esperado quando se trabalha com profissionais adultos que trazem consigo experiências de vida ricas, perspectivas diversas e necessidades de aprendizagem específicas. Reconhecer estas características únicas pode transformar a formação de um requisito mundano numa ferramenta poderosa para o crescimento pessoal e organizacional. Estes princípios orientam os educadores na criação de ambientes de aprendizagem que não só acomodam a diversidade, mas também a aproveitam ativamente como um ponto forte no processo educativo. Ao aderir a estes princípios, os formadores podem criar experiências de aprendizagem mais equitativas, responsivas e eficazes para todos os alunos.

Os alunos adultos são autodirigidos e motivados por benefícios claros e tangíveis (Diversio, 2023). Eles se envolvem mais profundamente quando os programas de formação mostram valor direto para o seu trabalho e crescimento pessoal. O segredo é fazer com que o processo de aprendizagem pareça relevante e significativo, com as etapas iniciais projetadas para serem simples e convidativas.



As experiências de vida anteriores moldam significativamente a forma como os adultos aprendem. Embora isso possa acelerar a compreensão, também traz potenciais preconceitos. Uma formação eficaz reconhece essas experiências, incorporando métodos para ajudar os alunos a examinar criticamente as suas perspectivas existentes (Diversio, 2023). O estabelecimento de metas torna-se crucial, com ferramentas e informações de apoio que conectam a aprendizagem aos resultados do mundo real.



CAPÍTULO 3

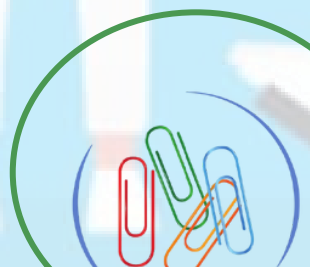
Princípios da Educação Inclusiva

A praticidade é fundamental para alunos adultos. Eles tendem a preferir abordagens de resolução de problemas e formações que possam ser imediatamente aplicadas no seu ambiente de trabalho (Diversio, 2023). Isso significa usar métodos interativos, como estudos de caso, simulações e exercícios reflexivos, que permitem aos alunos conectar novos conhecimentos com as suas competências e experiências existentes. A aprendizagem deve ser vista como uma ferramenta de melhoria, não apenas um exercício acadêmico.

A aprendizagem de adultos prospera com variedade, orientação e iniciativa pessoal (Diversio, 2023). Pessoas diferentes aprendem de maneiras diferentes — algumas através da leitura, outras através de atividades práticas ou discussões em grupo. Modelos e mentores podem inspirar e orientar os alunos, enquanto a oferta de múltiplas modalidades de aprendizagem garante um envolvimento mais amplo. Mais importante ainda, os adultos precisam sentir que têm controle sobre a sua jornada de aprendizagem, com oportunidades para a exploração autodirigida e contribuição pessoal para o processo de aprendizagem.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 3

Abordagens Pedagógicas Inclusivas

Para acomodar as diversas necessidades de aprendizagem presentes em salas de aula inclusivas, é importante empregar uma variedade de abordagens pedagógicas. Essas estratégias devem ser flexíveis, responsivas e projetadas para envolver alunos com diferentes origens, estilos de aprendizagem e habilidades. Algumas abordagens eficazes incluem Design Universal para Aprendizagem (UDL), instrução diferenciada, ensino culturalmente responsivo, aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem cooperativa, aprendizagem aprimorada por tecnologia e aprendizagem experiencial.

- **O Design Universal para Aprendizagem (UDL)** concentra-se em fornecer múltiplos caminhos para a aprendizagem, garantindo que todos os alunos possam aceder ao currículo através de diferentes métodos de compreensão do conteúdo, expressão do conhecimento e manutenção do envolvimento. Esta estrutura apoiada em investigação, conforme descrita pela CAST (2018), ajuda a criar ambientes de aprendizagem flexíveis que acomodam necessidades diversas.
- **O ensino culturalmente sensível** integra as diversas origens culturais e experiências dos alunos no processo de aprendizagem, tornando a educação mais significativa e relevante para as suas vidas. De acordo com Gay (2018), esta abordagem ajuda os alunos a conectarem-se com o material, ao mesmo tempo que valida as suas identidades culturais e experiências.



CAPÍTULO 3

Abordagens Pedagógicas Inclusivas

- A aprendizagem potenciada pela tecnologia utiliza ferramentas e plataformas digitais para criar experiências de aprendizagem personalizadas que se adaptam às diferentes necessidades e preferências dos alunos. A OCDE (2018) destaca como a tecnologia pode tornar a aprendizagem mais acessível e envolvente para diversos tipos de alunos.
- A aprendizagem experiencial, tal como descrita por Kolb (2014), proporciona oportunidades práticas através de estágios, simulações e aplicações práticas que permitem aos alunos envolverem-se diretamente e aplicarem os seus conhecimentos em contextos significativos.
- As estratégias de aprendizagem cooperativa promovem a colaboração entre alunos de diferentes origens e níveis de habilidade por meio de projetos em grupo e tutoria entre pares. Johnson & Johnson (2009) demonstram como essa abordagem ajuda os alunos a aprenderem uns com os outros, ao mesmo tempo em que desenvolvem importantes habilidades sociais e acadêmicas.



CAPÍTULO 3

Desenvolvimento de Materiais de Formação Inclusivos

Criar materiais de formação inclusivos é fundamental para garantir que todos os alunos possam aceder e interagir com o conteúdo. Aqui estão algumas considerações importantes:

- **Use uma linguagem clara e simples:** evite jargões e estruturas de frases complexas. Isso beneficia não só os estudantes de línguas, mas também os falantes nativos com diferentes níveis de alfabetização.
- **Forneça vários formatos:** Ofereça materiais em vários formatos (por exemplo, texto, áudio, vídeo) para atender às diferentes preferências e necessidades de aprendizagem.
- **Garanta a acessibilidade:** certifique-se de que os materiais digitais são compatíveis com tecnologias assistivas e siga as diretrizes de acessibilidade da web.
- **Inclua representações diversificadas:** use imagens, exemplos e estudos de caso que reflitam culturas e experiências diversas.
- **Ofereça traduções ou glossários:** forneça termos-chave ou resumos em vários idiomas, sempre que possível.
- **Use conteúdo culturalmente sensível:** esteja atento às diferenças culturais e evite conteúdo que possa ser ofensivo ou alienante para determinados grupos.
- **Forneça recursos adicionais:** ofereça materiais complementares para alunos que precisam de apoio extra ou desejam explorar os tópicos mais a fundo.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 3

Avaliação e Melhoria de Programas Inclusivos

A avaliação regular é essencial para garantir que os programas de formação inclusivos sejam eficazes e estejam em constante aperfeiçoamento. Aqui estão algumas estratégias para avaliação:

- **Recolha feedback diversificado:** recolha opiniões de alunos, professores e outras partes interessadas através de inquéritos, grupos de discussão e entrevistas individuais.
- **Use vários métodos de avaliação:** empregue uma variedade de técnicas de avaliação para capturar diferentes aspetos da aprendizagem e da eficácia do programa.
- **Analise dados quantitativos:** analise métricas como taxas de progressão dos alunos, assiduidade e desempenho em diferentes grupos de alunos.
- **Realizar avaliações qualitativas:** Utilizar métodos como observações em sala de aula e portfólios dos alunos para obter uma compreensão mais profunda do processo de aprendizagem.
- **Envolva os alunos no processo de avaliação:** incentive-os a refletir sobre o seu próprio progresso e a eficácia do programa.
- **Compare com as melhores práticas:** compare o seu programa com iniciativas de educação inclusiva bem-sucedidas em outros contextos.
- **Implementar melhorias contínuas:** Utilizar os resultados da avaliação para fazer ajustes e melhorias contínuas no programa.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 3

Estudos de Caso

Estudo de caso: Educação inclusiva na Irlanda

A Irlanda fez avanços significativos na implementação de práticas de educação inclusiva, particularmente para alunos migrantes. A Lei da Educação Irlandesa de 1998 enfatiza o direito de todas as crianças a uma educação adequada, independentemente de sua origem ou circunstâncias (Governo da Irlanda, 1998).

Em Dublin, os Programas de Acesso Trinity (TAP) do Trinity College Dublin têm sido bem-sucedidos em aumentar o acesso ao ensino superior para estudantes de grupos sub-representados, incluindo migrantes. O TAP oferece um curso básico para jovens adultos e estudantes adultos, proporcionando-lhes as competências acadêmicas e a confiança necessárias para progredir para o ensino universitário (Trinity College Dublin, 2021).

Estas iniciativas demonstram como os princípios da educação inclusiva podem ser postos em prática em vários níveis do sistema educativo, desde o ensino básico ao ensino superior.



CAPÍTULO 3

Estudos de Caso

Estudo de caso: Ensino inclusivo no ensino e formação profissional irlandês

O setor de Educação e Formação Contínua (FET) na Irlanda tem implementado abordagens de ensino inclusivas para apoiar alunos diversos, incluindo migrantes. A Estratégia FET 2020-2024 concentra-se em tornar a educação inclusiva através da UDL. A UDL ajuda os formadores a criar aulas flexíveis e acessíveis que atendem a alunos diversos, oferecendo opções e adaptando-se às suas necessidades.

Um documento de orientação apoia os educadores com ferramentas práticas e apresenta exemplos de práticas bem-sucedidas de UDL já em uso. A abordagem incentiva a colaboração entre os profissionais de FET para compartilhar métodos eficazes e melhorar continuamente o ensino inclusivo em todo o setor (Heelan, Tobin, Ryder e a equipa AHEAD, 2021).



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 3

Resumo e Reflexão

Criar programas de formação inclusivos é uma tarefa complexa, mas essencial na sociedade europeia diversificada de hoje. Ao compreender e aplicar os princípios da educação inclusiva, reconhecer e abordar as diversas necessidades dos alunos, utilizar uma variedade de abordagens de ensino inclusivas, desenvolver materiais acessíveis e avaliar e melhorar regularmente os nossos programas, podemos criar ambientes de aprendizagem que realmente apoiam todos os alunos.

Questões para Reflexão

Como pode aplicar os princípios da educação inclusiva no seu contexto específico de ensino?

Que abordagens de ensino inclusivo considera mais eficazes para os seus alunos e porquê?

Como poderia tornar os seus materiais de formação atuais mais inclusivos e acessíveis?

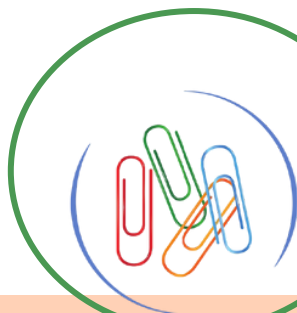
Que métodos poderia utilizar para avaliar a inclusão e a eficácia dos seus programas de formação?



CAPÍTULO 3

Referências Bibliográficas

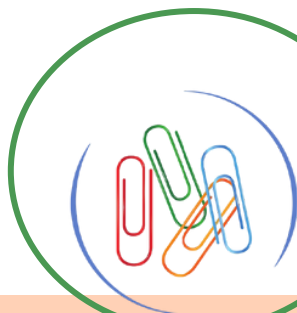
1. Ainscow, M. (2005). **Developing inclusive education systems: What are the levers for change?** Journal of Educational Change, 6(2), 109-124.
2. Bronfenbrenner, U. (1979). **The ecology of human development.** Harvard University Press.
3. CAST. (2018). **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2.** Retrieved from <http://udlguidelines.cast.org>.
4. Diversio. (2023, January). **8 adult learning principles for DEI training.** <https://diversio.com/8-adult-learning-principles-for-dei-training/>
5. Education and Training Boards Ireland (ETBI). (2020). **Universal Design for Learning: Guidelines for Further Education and Training.** ETBI.
6. Gay, G. (2018). **Culturally responsive teaching: Theory, research, and practice (3rd ed.).** Teachers College Press.
7. Gardner, H. (1983). **Frames of mind: The theory of multiple intelligences.** Basic Books.
8. G Heelan, A., Tobin, T. J., Ryder, D., & the AHEAD team. (2021). **UDL for FET practitioners: Guidance for implementing universal design for learning in Irish further education and training.** AHEAD. <https://www.solas.ie/f/70398/x/6154fce37c/udl-for-fet-practitioners.pdf>
9. Johnson, D. W., & Johnson, R. T. (2009). **An educational psychology success story: Social interdependence theory and cooperative learning.** Educational Researcher, 38(5), 365-379.
10. Kolb, D. A. (2014). **Experiential learning: Experience as the source of learning and development (2nd ed.).** Pearson Education.



CAPÍTULO 3

Referências Bibliográficas

1. Ainscow, M. (2005). **Developing inclusive education systems: What are the levers for change?** Journal of Educational Change, 6(2), 109-124.
2. Bronfenbrenner, U. (1979). **The ecology of human development.** Harvard University Press.
3. CAST. (2018). **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2.** Retrieved from <http://udlguidelines.cast.org>.
4. Diversio. (2023, January). **8 adult learning principles for DEI training.** <https://diversio.com/8-adult-learning-principles-for-dei-training/>
5. Education and Training Boards Ireland (ETBI). (2020). **Universal Design for Learning: Guidelines for Further Education and Training.** ETBI.
6. Gay, G. (2018). **Culturally responsive teaching: Theory, research, and practice (3rd ed.).** Teachers College Press.
7. Gardner, H. (1983). **Frames of mind: The theory of multiple intelligences.** Basic Books.
8. G Heelan, A., Tobin, T. J., Ryder, D., & the AHEAD team. (2021). **UDL for FET practitioners: Guidance for implementing universal design for learning in Irish further education and training.** AHEAD. <https://www.solas.ie/f/70398/x/6154fce37c/udl-for-fet-practitioners.pdf>
9. Johnson, D. W., & Johnson, R. T. (2009). **An educational psychology success story: Social interdependence theory and cooperative learning.** Educational Researcher, 38(5), 365-379.
10. Kolb, D. A. (2014). **Experiential learning: Experience as the source of learning and development (2nd ed.).** Pearson Education.



CAPÍTULO 4

Ensinar e Apoiar Alunos Diversos

Desenvolvido por: Sitareniou Dimitra, Bokolas Vassilis, Tzika Katerina
XENIOS POLIS

Introdução e Objetivos

Este capítulo analisa conceitos relacionados com a diversidade no contexto da educação e as formas como os educadores podem apoiar alunos diversos, com um foco adicional na diversidade cultural. São apresentadas abordagens e metodologias educacionais que abordam a diversidade e a inclusão, juntamente com práticas de apoio e inclusivas que os educadores podem utilizar para melhorar o seu ensino.

Os objetivos deste capítulo são:

- Compreender o impacto da diversidade na educação e como ela pode beneficiar alunos e professores.
- Aprender sobre conceitos-chave relacionados à diversidade na educação.
- Familiarizar-se com as principais abordagens educacionais utilizadas em ambientes de aprendizagem diversificados.
- Aprender sobre as melhores práticas e formas de apoiar alunos diversos a partir das suas próprias perspetivas.



CAPÍTULO 4

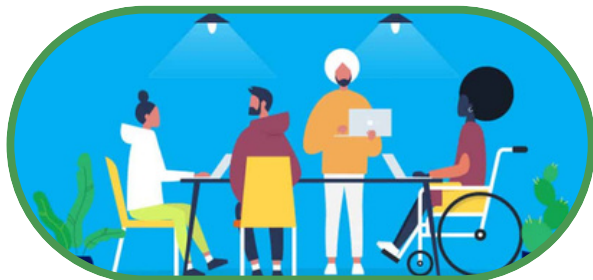
Ensinar e Apoiar Alunos Diversos

A educação mudou muito nos últimos anos. Nas sociedades multiculturais modernas, onde a diversidade é a norma, as escolas também são afetadas. Diversidade refere-se ao estado de ser diferente em comparação com outros indivíduos. É parte integrante da espécie humana, pois todos nós somos diferentes (Banks et al., 2005). Em todas as salas de aula, os alunos têm diferentes estilos de aprendizagem, dificuldades de aprendizagem, conhecimentos prévios, capacidade linguística e antecedentes culturais. Por conseguinte, é necessária uma adaptação dos processos, estratégias e metodologias de ensino às atuais necessidades diversificadas dos alunos (Setiawan & Qamariah, 2023).

Os investigadores destacam a desconexão entre as salas de aula diversificadas contemporâneas e a utilização contínua de metodologias de ensino que não abordam esta diversidade (Capp, 2017).

A diversidade na sala de aula é um desafio para os professores, mas também oferece oportunidades de crescimento pessoal. Um ambiente de sala de aula que promove o multiculturalismo e o contacto intercultural está correlacionado com uma maior inteligência cultural auto-relatada (Schwarzenthal et al., 2019). Além disso, ao ajustar o currículo às diversas necessidades dos alunos, o professor pode melhorar o seu envolvimento com o processo de aprendizagem e proporcionar motivação para uma participação ativa na sala de aula. Portanto, entende-se que a diversidade pode ser benéfica para os alunos, se for tratada de forma adequada.

Para responder às necessidades de alunos culturalmente diversos e apoiá-los, os professores precisam de certas competências, atitudes e conhecimentos. Mais especificamente, os professores precisam de compreender a influência do contexto cultural no comportamento das pessoas e manter uma mente aberta a esse respeito. É essencial desenvolver competências como adaptabilidade, comunicação, tolerância, respeito, sensibilidade cultural e consciência.



CAPÍTULO 4

Fundamentos Teóricos

Ensinar alunos migrantes é um desafio para os educadores, especialmente quando não receberam formação adequada para isso. Isso também reflete a questão da integração social geral dos imigrantes, já que a educação é uma forma de integração. O processo de aculturação é difícil, pois o contacto intercultural altera um ou ambos os grupos - os imigrantes e a sociedade de acolhimento (Berry, 2017). A sociedade de acolhimento adota frequentemente uma forma de pensar que responsabiliza os imigrantes pela sua integração, esperando que eles façam as mudanças necessárias para se adaptarem. No entanto, a integração é um processo iterativo, em que ambos os grupos fazem adaptações. A sociedade de acolhimento deve facilitar a integração dos migrantes, e a educação de adultos é um meio muito útil nesse processo.

Os desafios que os educadores de adultos podem enfrentar ao ensinar alunos migrantes dizem respeito a aspetos culturais, linguísticos e pessoais. A nível cultural, os educadores podem esperar que os migrantes mudem completamente para se adaptarem, enquanto os alunos migrantes podem sentir-se stressados e receosos do processo de ensino, ou mesmo ainda em choque de aculturação. As barreiras linguísticas podem impedir o processo de aprendizagem de várias maneiras, enquanto as diferenças pessoais são sempre uma dificuldade na educação. Todos estes desafios podem obstruir o processo de ensino de alunos migrantes. Para apoiar os alunos, os educadores precisam de reconhecer os seus conhecimentos e hábitos anteriores, abordá-los com respeito e compreensão e dar-lhes o tempo de que precisam, sem fomentar um clima de pânico (Kärkkäinen, 2017).

Além do apoio prático, várias metodologias foram desenvolvidas para apoiar diversos alunos no processo de aprendizagem, o que representa uma mudança no paradigma educacional tradicional, que não aborda a diversidade de forma adequada.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 4

Design Universal para Aprendizagem (DUA)

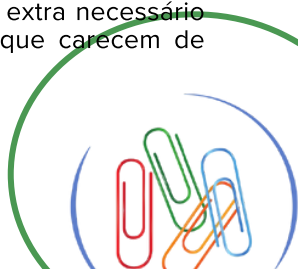
DUA é uma metodologia de ensino inclusiva proposta que ajuda os professores a alcançar todos os seus alunos. O professor tenta prever todas as necessidades possíveis dos alunos e planeia o processo de aprendizagem com base nessas necessidades. O primeiro princípio da DUA é garantir a acessibilidade aos materiais de aprendizagem para todos os alunos, considerando as suas necessidades especiais e conhecimentos, competências e habilidades prévias. O segundo princípio é que os alunos possam participar na sala de aula e apresentar as suas habilidades de muitas maneiras diferentes, pois uma única forma de expressão não pode ser adequada para todos os alunos. Desta forma, os alunos atuam e controlam a sua aprendizagem. Em resumo, os professores devem apresentar o conhecimento de várias maneiras e os alunos também podem responder a ele de várias maneiras. A tecnologia é uma ferramenta útil nesse processo, pois facilita a acessibilidade aos materiais (Capp, 2017). De acordo com uma pesquisa de meta-análise, a maioria das pesquisas sobre a DUA de 2012 a 2015 indicou que a implementação dos princípios da DUA no ensino teve um impacto positivo nos alunos (Al-Azawei et al., 2016). A desvantagem desta abordagem é o alto custo das adaptações específicas necessárias para alguns alunos (Rose et al., 2005). No entanto, destaca-se que os benefícios superam em muito este custo.

Ensino Diferenciado (ED)

Outra abordagem para lidar com a diversidade dos alunos é a Instrução Diferenciada (DI). Ela é definida por Stradling e Saunders (1993, mencionado em Gronseth et al., 2021) como o processo de adequar o material e os objetivos de aprendizagem ao perfil e às necessidades específicas do aluno. Nesse processo, os alunos recebem diferentes opções nas quais podem interagir com as informações. A avaliação é um conceito fundamental na DI, pois os professores precisam conhecer bem os seus alunos para adaptar o processo de ensino às suas necessidades. Isso inclui a avaliação formal e basicamente todas as interações com os alunos. A instrução é diferenciada em três níveis: conteúdo (o que os alunos aprendem), processo (como aprendem) e produto (como demonstram o que aprenderam). Em todas estas etapas, os professores oferecem apoio aos seus alunos e ajudam-nos a atingir os objetivos de aprendizagem à sua maneira (Tomlinson, 2017). A implementação da DI pode ser estressante para alguns professores, que enfrentam dificuldades em encontrar o tempo extra necessário para planejar as aulas ou trabalham em escolas que carecem de recursos e acomodações (Tursunboevna, 2022).



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 4

Educação Culturalmente Relevante:

É uma abordagem que aborda o contexto cultural dos alunos e o considera um elemento muito importante da sua identidade, que afeta a sua aprendizagem. Utiliza várias estruturas, tais como a Pedagogia Culturalmente Responsiva e o Ensino Culturalmente Relevante. Para oferecer uma abordagem culturalmente responsiva ao processo de ensino, os professores precisam de adquirir sensibilidade cultural, familiarizando-se com os valores, atitudes e tradições dos seus alunos. O objetivo é, mais uma vez, oferecer aos alunos múltiplas vias de acesso ao conhecimento. Neste contexto, os educadores também podem ajustar os materiais de aprendizagem às necessidades culturais dos alunos e garantir que refletem múltiplas vozes e perspetivas (Gronseth et al., 2021).

Ensino Culturalmente Sensível:

Utiliza os valores, atitudes e tradições de grupos étnicos e culturais para proporcionar aos alunos que pertencem a esses grupos uma educação adequada. Milner (2020) sublinha a importância de ensinar alunos culturalmente diversos «tanto dentro como fora da sua cultura». Centra-se no desenvolvimento pessoal dos alunos, melhorando os seus conhecimentos sobre a sua própria cultura e outras culturas. Também tenta desafiar crenças culturalmente tendenciosas nos alunos, a fim de promover relações positivas e saudáveis. Kotluk & Kokacaya (2018) mencionam que alguns professores não têm formação adequada em Educação Culturalmente Responsiva, o que os leva a acreditar que é impossível combinar a educação multicultural com conceitos científicos. Isto é observado principalmente entre professores de STEM, que destacam que é impossível ensinar as suas disciplinas e, ao mesmo tempo, implementar esta abordagem. Isto indica a necessidade de formação especializada, a fim de ajudar os educadores a implementar a CRE na sala de aula.

Em suma...

Estas são algumas abordagens e estruturas pedagógicas fundamentais que procuram apoiar alunos culturalmente diversos e enfrentar os desafios de ambientes educativos diversificados, utilizando a diversidade para promover um ambiente mais positivo, empático e inclusivo na sala de aula.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 4

Estudos de Caso e Exemplos

Estudos de caso e estudos de investigação qualitativa são considerados muito úteis para compreender um fenómeno. Neste capítulo, são apresentados estudos desse tipo, pois considera-se que diversos educadores e alunos podem captar as suas próprias necessidades e dificuldades de forma mais clara e precisa.

Um estudo qualitativo exploratório identificou as dificuldades que os alunos migrantes adultos enfrentam, a partir das descrições dos educadores. Foram identificadas cinco categorias, listadas por frequência de ocorrência: barreiras culturais (língua, atitudes em relação à escola), questões relacionadas com a família e cuidados, necessidades materiais (pobreza) e desafios educativos (falta de acesso ou materiais). Barreiras práticas, como a falta de materiais ou acesso à escola, pobreza e insegurança, podem impedir o progresso de alunos brilhantes, como relatam os professores (Free et al., 2014).

Um estudo de caso com o objetivo de investigar a eficácia da integração dos imigrantes através de programas linguísticos foi realizado em Malta, Chipre, Estónia e Escócia. Os resultados revelam as necessidades dos alunos em relação às políticas de integração. Os formadores de adultos salientaram a importância de adaptar as suas práticas e os quadros nacionais às necessidades das suas turmas, a fim de oferecer conhecimentos práticos úteis aos alunos.

Outras práticas que mencionaram são o trabalho em grupo e a discussão das suas experiências, utilizando atividades práticas e envolvendo os alunos para garantir uma participação ativa. O educador da Estónia mencionou que a participação no programa educativo e no curso de línguas ajuda os imigrantes a integrarem-se e a participarem ativamente na sociedade Estónia. Isto é melhor compreendido quando contrastado com a situação dos imigrantes em Chipre: as experiências negativas com programas linguísticos impedem os indivíduos de se envolverem ativamente com o conhecimento. Isto sublinha as desvantagens das políticas generalizadas que não têm em consideração as diferenças pessoais. Outro aspeto importante que é indicado é a empatia demonstrada pelo professor. Uma abordagem empática e a promoção de um ambiente inclusivo foram muito apreciadas pelos alunos.



Co-funded by
the European Union



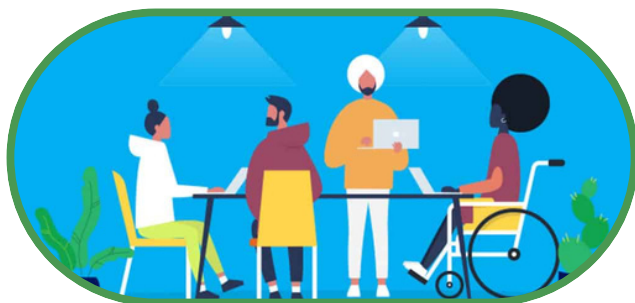
CAPÍTULO 4

Estudos de Caso e Exemplos

Um estudo qualitativo realizado na Finlândia procurou formas de apoiar os alunos migrantes, entrevistando educadores de adultos e alunos migrantes adultos. Oferecer incentivo foi considerado essencial tanto pelos professores como pelos alunos, que sublinharam que o apoio e a motivação os ajudaram a aprender. Além disso, indicaram o trabalho em grupo como uma prática benéfica, pois lhes permitia refletir e discutir mais sobre os materiais. A partilha de experiências entre os alunos ajudou-os a aprender coisas novas e a compreender melhor alguns conceitos. A aprendizagem prática e o afastamento da forma tradicional de ensinar conceitos teóricos na sala de aula facilitaram a aprendizagem dos alunos migrantes, proporcionando-lhes novas experiências (Kärkkäinen, 2017).

Outra forma de apoiar os imigrantes adultos é a implementação de cursos especializados de língua e educação para as suas necessidades específicas. Um estudo de caso austríaco centrado em imigrantes analfabetos de todo o mundo salienta a necessidade de cursos especializados, uma vez que a maioria dos cursos de língua para migrantes são concebidos para pessoas alfabetizadas, excluindo assim alguns indivíduos da possibilidade de se matricular na educação do país de acolhimento ou mesmo de se candidatarem à cidadania. Este estudo também destaca outros serviços que se revelaram úteis no apoio aos alunos imigrantes: assistentes sociais, para que possam lidar com algumas questões sociais dos alunos que estão fora do controlo do professor (por exemplo, questões de pobreza), aconselhamento profissional para obter informações sobre oportunidades profissionais, apoio prático, como creches, horários flexíveis, fácil acesso, etc. (Plutzer & Ritter, 2008).

Esses estudos esclarecem as necessidades relatadas por diversos alunos e educadores e ajudam a compreender as suas dificuldades. Eles também fornecem informações úteis sobre como alunos culturalmente diversos podem ser ajudados e apoiados.



CAPÍTULO 4

Resumo e Reflexão

Em resumo, a diversidade cultural é algo com que todos os educadores devem lidar na sua prática. Embora represente desafios, também oferece benefícios e oportunidades para os alunos. Esses desafios podem ser estressantes, mas podem ser enfrentados com o conhecimento, as competências e as atitudes necessárias. Nesse processo, as abordagens educacionais inclusivas são importantes como base da prática dos educadores. O Design Universal para a Aprendizagem permite que os professores planejem proativamente as necessidades específicas de todos os seus alunos. A Instrução Diferenciada visa proporcionar aos alunos várias formas de alcançar o conhecimento, adequando o processo de aprendizagem ao seu perfil de aprendizagem. A Educação Culturalmente Relevante refere-se à diversidade como parte integrante da aprendizagem do aluno e utiliza-a no processo de aprendizagem. Por fim, a pedagogia culturalmente responsiva visa abordar o aluno de acordo com o seu perfil cultural e ajudá-lo a aprender de uma forma que lhe seja adequada.

O apoio prático também é essencial. Estudos de caso e iniciativas de investigação qualitativa indicaram as práticas que funcionam melhor para alunos migrantes adultos. Formação especializada e programas de línguas, incentivo, atividades e discussões em grupo, aprendizagem prática, ajuda prática com questões do dia a dia são apenas algumas das práticas que os educadores podem implementar para apoiar os seus alunos. É necessário estar disposto a aprender sobre as questões que podem impedi-los de participar em programas educativos e de formação. Como foi mencionado por muitos educadores, por vezes os problemas práticos, tais como a escassez de alimentos e suprimentos, o aumento das responsabilidades em casa, as barreiras linguísticas e de alfabetização, podem impedir pessoas muito inteligentes. É importante que todos os contactos sejam baseados no respeito mútuo, na sensibilidade cultural e na consciência cultural, pois promover um clima de aceitação, inclusão e apoio é a maior ajuda.



CAPÍTULO 4

Refletindo sobre o Conteúdo Analisado e Apresentado

- Aprendeu algo novo? Se sim, o que foi e como o avaliaria?
- Acha que os objetivos apresentados no início do capítulo foram alcançados?
- Quais destas abordagens e melhores práticas conhece e/ou utiliza na sua prática?
- Com base na sua experiência pessoal, o que mais acha que é importante e poderia ser acrescentado a este capítulo?
- Quais destas abordagens e melhores práticas gostaria de implementar na sua prática?
- Com base na sua experiência pessoal, encontrou dificuldades e barreiras na implementação de alguma destas abordagens?



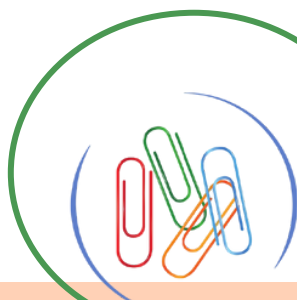
Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 4

Referências Bibliográficas

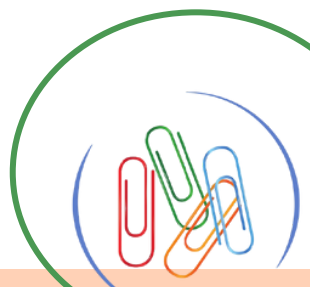
1. Al-Azawei, A., Serenelli, F. & Lundqvist, K. (2016). Universal Design for Learning (UDL): A content analysis of peer-reviewed journal papers from 2012 to 2015. *Journal of the Scholarship of Teaching and Learning*, 16(3), 39-56. DOI: 10.14434/josotl.v16i3.19295.
2. Berry, J. W. (2017). Theories and models of acculturation. In S. J. Schwartz & J. B. Unger (Eds.), *The Oxford handbook of acculturation and health*. Oxford University Press.
3. Brown, M., Gravani, M. N., Slade, B., & Jögi, L. (2020). Integrating Migrants through Adult Language Programmes: A Comparative Case Study of Four European Countries. *Advanced Series in Management*, 155–169. DOI: 10.1108/s1877- 636120200000025011
4. Capp, M. J. (2017). The effectiveness of universal design for learning: a meta-analysis of literature between 2013 and 2016. *International Journal of Inclusive Education*, 21(8), 791–807. doi: 10.1080/13603116.2017.1325074
5. Free, J. L., Križ, K., & Konecnik, J. (2014). Harvesting hardships: Educators' views on the challenges of migrant students and their consequences on education. *Children and Youth Services Review*, 47(3), 187-197.
6. Gronseth, S. L., Michela, E., & Ugwu, L. O. (2021). Designing for Diverse Learners. *Design for Learning: Principles, Processes, and Praxis*. https://edtechbooks.org/id/designing_for_diverse_learners
7. Kärkkäinen, K. (2017). Learning, teaching and integration of adult migrants in Finland. *Jyväskylä studies in education, psychology and social research*, 31-40, 133-136. <http://urn.fi/URN:ISBN:978-951-39-7212-7>
8. Kotluk, N., & Kocakaya, S. (2018). Culturally Relevant/Responsive Education: What do teachers think in Turkey? *Journal of Ethnic and Cultural Studies*, 5(2), 98–117. <https://www.jstor.org/stable/48710194>



CAPÍTULO 4

Referências Bibliográficas

9. Milner, H. R. (2020). **Culturally responsive classroom management**. Oxford Research Encyclopedia of Education. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.78> 2
10. Plutzar, V. & Ritter, M. (2008). **Learning in the context of migration and integration – Challenges and options for adult learners**. Council of Europe, 2-9.
11. Rose, D. H., Hasselbring, T. S., Stahl, S., & Zabala, J. (2005). **Assistive technology**
12. **Universal Design for Learning: Two sides of the same coin**. Handbook of Special Education Technology Research and Practice, 26, 510-511.
13. Schwarzenthal, M., Schachner, M. K., Juang, L. P., & van de Vijver, F. J. R. (2019). **Reaping the benefits of cultural diversity: Classroom cultural diversity climate and students' intercultural competence**. European Journal of Social Psychology, 50(2), 323–346. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2617>
14. Setiawan, M. A. & Qamariah, Z. (2023). **A practical guide in designing curriculum for diverse learners**. PUSTAKA: Jurnal Bahasa Dan Pendidikan, 3(3), 260–275. <https://doi.org/10.56910/pustaka.v3i3.741>
15. Tomlinson, C. (2017). **How to differentiate instruction in academically diverse classrooms (3rd ed.)**. ASCD.
16. Tursunboevna, N. Z. (2022). **Various examples of differentiated instruction in the classroom, advantages and disadvantages of differentiated instruction**. EURASIAN JOURNAL OF ACADEMIC RESEARCH, 2(12), 317. DOI: 10.5281/zenodo.7439835.



CAPÍTULO 5

Avaliação e Avaliação na Educação Inclusiva

Desenvolvido por: Maria Naiara Julián

Asociación Empresas CON VALORES

Introdução e objetivos

A avaliação desempenha um papel fundamental na educação inclusiva, servindo como ferramenta para medir os resultados da aprendizagem, informar as estratégias de ensino e garantir que todos os alunos — independentemente da sua origem ou capacidades — alcancem o seu pleno potencial. Num ambiente educativo inclusivo, as avaliações devem ser justas, equitativas e refletir as diversas necessidades dos alunos. Este capítulo explora metodologias e estratégias para implementar avaliações inclusivas, abordando desafios e melhores práticas.

Compreender os objetivos e Conceitos-chave

Os objetivos deste módulo são:

- Compreender os princípios e a importância da avaliação inclusiva.
- Explorar ferramentas e métodos que apoiam alunos diversos na demonstração das suas competências e conhecimentos.
- Desenvolver a capacidade de criar e adaptar avaliações que promovam a equidade e a inclusão.



CAPÍTULO 5

Compreender a Avaliação Inclusiva

A avaliação inclusiva refere-se a práticas que acomodam as diversas necessidades dos alunos, garantindo que as avaliações sejam acessíveis, significativas e equitativas. Esta abordagem prioriza:

Justiça e equidade: garantir que as avaliações ofereçam oportunidades iguais a todos os alunos para demonstrarem as suas capacidades, sem preconceitos ou barreiras.

Acessibilidade: Criar ferramentas e métodos de avaliação que sejam acessíveis a alunos com deficiências, barreiras linguísticas ou outras necessidades específicas.

Flexibilidade: Oferecer vários formatos para avaliações, como apresentações orais, portfólios ou tarefas de desempenho, para se adequar a diferentes estilos e preferências de aprendizagem.

Por exemplo, utilizar os princípios do Design Universal para Aprendizagem (UDL) pode ajudar a criar avaliações que são adaptáveis às necessidades individuais, promovendo um ambiente inclusivo.



CAPÍTULO 5

Tipos de Avaliações na Educação Inclusiva

Avaliações formativas:

Objetivo: fornecer feedback contínuo aos alunos e educadores durante o processo de aprendizagem.

Exemplos: questionários, avaliações por pares, discussões em sala de aula e diários reflexivos.

Abordagem inclusiva: use ferramentas como organizadores gráficos ou recursos visuais para apoiar alunos com necessidades diversas.

Avaliações sumativas:

Objetivo: Avaliar os resultados da aprendizagem no final de uma unidade ou curso.

Exemplos: Testes padronizados, projetos finais ou trabalhos de investigação.

Abordagem inclusiva: Permitir formatos flexíveis para as entregas finais, como vídeos ou apresentações criativas, para atender a diferentes pontos fortes.

Avaliações diagnósticas:

Objetivo: Identificar os pontos fortes, pontos fracos e necessidades específicas dos alunos no início de um programa de aprendizagem.

Exemplos: Pré-testes, inquéritos ou inventários de competências.

Abordagem inclusiva: Garantir que as ferramentas de diagnóstico sejam culturalmente sensíveis e isentas de preconceitos linguísticos.

Avaliações baseadas no desempenho:

Objetivo: Medir a aplicação e as competências práticas em cenários do mundo real.

Exemplos: Projetos em grupo, dramatizações ou tarefas de resolução de problemas.

Abordagem inclusiva: Incorporar tarefas colaborativas para incentivar o apoio entre colegas e perspectivas diversas.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 5

Desafios na Avaliação Inclusiva

Apesar da sua importância, a implementação de estratégias de avaliação inclusivas traz consigo desafios, tais como:

- **Preconceito na concepção da avaliação:** os testes padronizados muitas vezes favorecem determinados grupos culturais ou linguísticos.
- **Limitações de recursos:** acesso limitado a ferramentas e tecnologias adaptativas para alunos diversos.
- **Preparação dos professores:** os educadores podem precisar de formação para conceber e implementar avaliações inclusivas de forma eficaz.

Enfrentar esses desafios envolve o desenvolvimento profissional dos educadores, o investimento em tecnologias assistivas e a revisão das estruturas de avaliação para alinhá-las aos princípios da inclusão.

Estratégias para uma Avaliação Inclusiva Eficaz

Abordagens centradas no aluno: Envolver os alunos no processo de avaliação, permitindo que eles definam metas, escolham formatos ou co-criem critérios de avaliação.

Uso da tecnologia: Empregue tecnologias assistivas, como software de conversão de voz em texto, leitores de ecrã ou plataformas de teste adaptativas para apoiar alunos com necessidades diversas.

Avaliação pelos colegas e autoavaliação: incentive os alunos a refletir sobre o seu progresso e a dar feedback aos colegas, promovendo um ambiente colaborativo e solidário.

Feedback contínuo: forneça feedback construtivo que destaque os pontos fortes e ofereça medidas práticas para melhoria.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 5

Estudos de Caso e Exemplos

Estudo de caso 1: Testes adaptativos para alunos de idiomas

Um centro de formação profissional na Alemanha enfrentou desafios na avaliação de alunos migrantes devido às barreiras linguísticas. Para resolver esta questão, a instituição introduziu métodos de avaliação adaptativos que permitiam aos alunos selecionar o seu idioma preferido para as instruções e perguntas. Os testes também incorporavam recursos visuais e elementos interativos para garantir a compreensão.

Essa abordagem não só reduziu o stress e a confusão para os falantes não nativos, mas também forneceu informações mais precisas sobre as suas competências e conhecimentos. Além disso, o feedback dos alunos indicou um aumento da confiança e um maior sentimento de inclusão no processo educativo. Como resultado, os testes adaptativos tornaram-se um modelo para outras instituições da região, demonstrando o seu potencial para melhorar a equidade educativa.

Estudo de caso 2: Avaliação baseada em portfólio numa sala de aula diversificada

Num programa multicultural de educação e formação profissional (EFP) na Holanda, os educadores implementaram um sistema de avaliação baseado em portfólio. Em vez de depender exclusivamente de exames, os alunos foram incentivados a compilar evidências da sua aprendizagem através de vários meios, tais como reflexões escritas, trabalhos artísticos, relatórios de projetos e apresentações multimédia.

Este método permitiu aos alunos demonstrar as suas competências de formas adequadas aos seus pontos fortes e contextos culturais. Por exemplo, um aluno com proficiência limitada em neerlandês podia enviar uma apresentação em vídeo na sua língua materna, acompanhada de legendas. Os educadores relataram que a abordagem do portfólio não só envolveu os alunos de forma mais profunda, como também destacou os seus talentos e perspetivas únicas. As sessões de revisão por pares promoveram ainda mais a colaboração e o respeito mútuo entre o grupo diversificado.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 5

Por que este módulo é importante na EFP

Na Educação e Formação Profissional (EFP), as avaliações não são apenas medidas do desempenho académico, mas também indicadores da preparação prática e profissional. Os alunos da EFP têm frequentemente origens diversas e necessidades únicas, tornando a avaliação inclusiva essencial para garantir oportunidades equitativas a todos os alunos para demonstrarem as suas competências. As principais razões pelas quais este módulo é vital na EFP incluem:

Promovendo a equidade: Avaliações inclusivas abordam barreiras sistêmicas, garantindo que alunos com deficiências, dificuldades linguísticas ou outras necessidades não sejam prejudicados.

Enhancing Employability: Ao acomodar diversos estilos e necessidades de aprendizagem, a avaliação inclusiva prepara melhor os alunos para o mercado de trabalho, garantindo que eles possam mostrar as suas competências de forma prática e relevante.

Construindo locais de trabalho inclusivos: O EFP desempenha um papel crucial na formação das indústrias; as avaliações inclusivas promovem valores de diversidade e inclusão que os alunos levam para os seus ambientes profissionais.

Apoiar a aprendizagem ao longo da vida: métodos de avaliação adaptativos incentivam uma mentalidade de crescimento e preparam os alunos para se envolverem no desenvolvimento profissional contínuo.

Resumo e Reflexão

Essa avaliação inclusiva é um componente essencial da educação transformadora, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de sucesso. Ao adotar práticas de avaliação flexíveis, justas e culturalmente sensíveis, os educadores podem criar ambientes de apoio que reconhecem e celebram a diversidade. Desafios como preconceitos e limitações de recursos devem ser abordados por meio de treinamento, tecnologia e mudanças nas políticas. Em última análise, a avaliação inclusiva não só beneficia os alunos, mas também fortalece o sistema educacional como um todo. Implementar avaliações inclusivas pode parecer desafiador, especialmente quando os recursos são limitados, mas com criatividade e foco na acessibilidade, professores e administradores podem fazer avanços significativos.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 5

Porque é que este módulo é importante na EFP

Uma das abordagens mais práticas é aproveitar as ferramentas gratuitas e de código aberto disponíveis online. Plataformas como o Google Forms podem ser usadas para criar questionários ou pesquisas adaptáveis que atendam a diversas necessidades. Por exemplo, os educadores podem incorporar elementos multimídia, como imagens, vídeos e clipes de áudio, oferecendo maneiras alternativas para os alunos demonstrarem a sua compreensão além dos formatos tradicionais baseados em texto. Da mesma forma, ferramentas como o Padlet fornecem um espaço colaborativo onde os alunos podem contribuir com ideias visualmente, promovendo o envolvimento de maneiras que se adaptam aos pontos fortes individuais.

Os professores também podem adotar soluções de baixa tecnologia para avaliações inclusivas. Em vez de depender exclusivamente de ferramentas digitais, eles podem usar materiais impressos, cartões didáticos ou atividades de contação de histórias que permitam aos alunos expressar seus conhecimentos de forma criativa. Por exemplo, o uso de organizadores gráficos ou recursos visuais pode ajudar os alunos com dificuldades de leitura ou processamento a estruturar seus pensamentos de forma eficaz. Esses recursos simples podem ser criados com custo e esforço mínimos, mas têm um impacto profundo na acessibilidade.

A colaboração entre colegas é outra estratégia valiosa. Avaliações inclusivas nem sempre requerem ferramentas sofisticadas; às vezes, os métodos mais impactantes vêm da promoção de uma cultura de apoio na sala de aula. Incentivar a avaliação entre pares e a autoavaliação não só alivia a carga de trabalho dos educadores, como também desenvolve a confiança e as competências de pensamento crítico dos alunos. Por exemplo, os professores podem orientar os alunos a dar feedback construtivo uns aos outros usando rubricas claras e fáceis de entender. Essa abordagem ajuda os alunos a desenvolver um senso de responsabilidade e propriedade sobre o seu progresso.

Por fim, adotar uma abordagem incremental à mudança pode tornar as avaliações inclusivas mais fáceis de gerir e sustentáveis. Os professores podem começar por modificar as avaliações existentes para incluir vários formatos de apresentação, como permitir que os alunos apresentem os seus conhecimentos através de apresentações orais, vídeos ou portfólios. Esses ajustes exigem pouco investimento financeiro, mas fazem uma grande diferença na acomodação de diversos estilos de aprendizagem.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 5

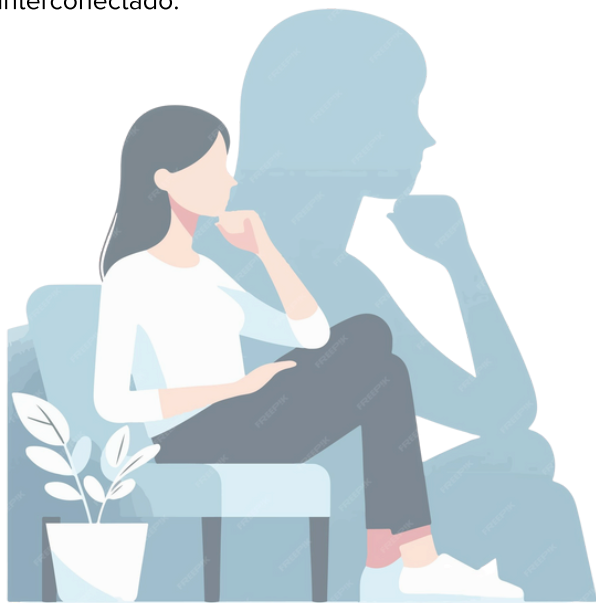
Porque é que este módulo é importante na EFP

Através da criatividade e da colaboração, as avaliações inclusivas podem tornar-se uma realidade, mesmo em ambientes com recursos limitados. Ao concentrarem-se em pequenas mudanças significativas e adotarem ferramentas acessíveis e económicas, os educadores e administradores podem criar um ambiente de aprendizagem onde todos os alunos se sintam valorizados e capacitados para ter sucesso.

Questões Reflexivas

- Como pode adaptar as suas práticas de avaliação atuais para serem mais inclusivas?
- Que ferramentas ou tecnologias poderiam apoiar alunos diversos no seu contexto?
- Como a avaliação pelos pares e a autoavaliação podem aumentar a inclusão na sala de aula?

É muito importante pensar sobre isso. Ao enfatizar a avaliação inclusiva na EFP, os educadores podem contribuir para a formação de uma força de trabalho mais equitativa e qualificada, pronta para atender às demandas de um mundo cada vez mais diversificado e interconectado.



CAPÍTULO 5

Referências Bibliográficas

1. Freire, S., & César, M. (2003). Inclusive ideals/inclusive practices: How far is a dream from reality? European Journal of Special Needs Education, 18(3), 341–354.

2. Jardinez, M. J., & Natividad, L. R. (2024). The advantages and challenges of inclusive education: Striving for equity in the classroom. Shanlax International Journal of Education, 12(2), 57–65.

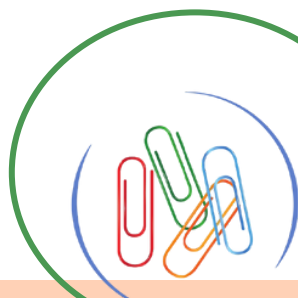
3. Krischler, M., Powell, J. J. W., & Pit-Ten Cate, I. M. (2019). What is meant by inclusion? On the effects of different definitions on attitudes toward inclusive education. European Journal of Special Needs Education, 34(5), 632–648.

4. Omanović, V., & Langley, A. (2023). Assimilation, integration or inclusion? A dialectical perspective on the organizational socialization of migrants. Journal of Management Inquiry, 32(1), 76–97.

5. UNESCO. (1994). The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education. Paris, France: UNESCO.

6. The contribution of migration to regional development. (2022). OECD Regional Development Studies.

7. Tran, L., & Nyland, C. (2011). International vocational education and training - the migration and learning mix. Australian Journal of Adult Learning, 51(1), 8–31.



CAPÍTULO 6

Professional Development and Continuous Learning

Developed by: Maria Potes Barbas

IPSANTARÉM

Introdução e objetivos

O desenvolvimento profissional e a aprendizagem contínua desempenham um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, especialmente no contexto do Ensino e Formação Profissional (EFP). À medida que o panorama educativo evolui, espera-se que os professores adotem a aprendizagem ao longo da vida para satisfazer as diversas necessidades dos alunos, particularmente aqueles com diferentes capacidades, origens culturais e desafios de aprendizagem. O contexto europeu destaca a urgência de dotar os educadores das ferramentas e conhecimentos necessários para proporcionar uma educação inclusiva que prepare os alunos para o mercado de trabalho.

Este capítulo explora a importância do desenvolvimento profissional contínuo (CPD) na educação inclusiva, particularmente em contextos de EFP. Tem como objetivo orientar os educadores na identificação de oportunidades relevantes para o crescimento profissional e oferece insights práticos sobre as habilidades e competências necessárias para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo. Além disso, destaca exemplos reais e melhores práticas da área, ilustrando o impacto do CPD na inclusão.



CAPÍTULO 6

Objetivos

- Compreender a importância do CPD na promoção da inclusão em contextos de EFP: O capítulo enfatiza como a aprendizagem contínua capacita os educadores a responder melhor às diversas necessidades dos seus alunos, particularmente aqueles em risco de exclusão.
- Identificar recursos e oportunidades para o crescimento profissional: Os educadores obterão informações sobre os recursos disponíveis — tanto formais como informais — que apoiam o seu crescimento profissional na educação inclusiva.
- Desenvolver competências para identificar e buscar o desenvolvimento profissional: Os professores aprenderão estratégias para buscar oportunidades relevantes de desenvolvimento profissional contínuo (CPD) que estejam alinhadas com os seus objetivos profissionais e pedagógicos.
- Para promover o compromisso com a aprendizagem ao longo da vida e manter-se atualizado com as tendências: O capítulo incentiva os educadores a manterem-se informados sobre os últimos desenvolvimentos na educação inclusiva, garantindo que o seu ensino permaneça atualizado e impactante.



CAPÍTULO 6

Fundamentos Teóricos

Conhecimento

A importância do desenvolvimento profissional contínuo (CPD) na educação inclusiva

O desenvolvimento profissional contínuo (CPD) é fundamental para criar e manter um sistema educativo inclusivo que atenda às diversas necessidades dos alunos. O CPD equipa os educadores com conhecimentos e estratégias atualizados, aumentando a sua capacidade de promover um ambiente inclusivo onde todos os alunos, independentemente da sua origem ou capacidades, se sintam valorizados e apoiados. Ao participar na aprendizagem contínua, os educadores mantêm-se a par dos últimos avanços em teorias pedagógicas, práticas inclusivas e mudanças políticas. Este processo dinâmico não só melhora a eficácia dos professores, como também reforça o compromisso institucional com a diversidade, a igualdade e a inclusão no ambiente de aprendizagem.

Refletindo sobre práticas pessoais de ensino e buscando melhorias

A autorreflexão é essencial no desenvolvimento profissional, pois permite que os educadores avaliem criticamente os seus métodos de ensino e façam mudanças informadas. Os educadores em ambientes inclusivos devem avaliar consistentemente como as suas práticas de ensino afetam todos os alunos, particularmente aqueles de origens marginalizadas ou desfavorecidas. A reflexão regular por meio de diários ou observações de colegas pode ajudar os professores a identificar áreas a serem melhoradas, garantindo que criem um ambiente propício para todos os alunos. A reflexão também envolve a procura de feedback de colegas, mentores e até mesmo alunos. Os educadores devem adotar uma mentalidade de melhoria contínua, reconhecendo que a educação inclusiva não é estática, mas evolui com a crescente compreensão das necessidades dos alunos.



Co-funded by
the European Union



CAPÍTULO 6

Competências

Compromisso com a aprendizagem ao longo da vida e o crescimento profissional

Uma competência fundamental para os educadores é um compromisso firme com a aprendizagem ao longo da vida. Essa mentalidade apoia a adaptação contínua das práticas de ensino, em consonância com novas pesquisas, tecnologias e mudanças sociais. Na educação inclusiva, a aprendizagem ao longo da vida é particularmente relevante, pois permite que os educadores aprimorem continuamente a sua capacidade de atender a uma população estudantil diversificada.

A aprendizagem ao longo da vida pode ser estimulada através do envolvimento com instituições de ensino superior e organismos profissionais que oferecem estudos avançados em inclusão, apoio cognitivo e emocional e inovações tecnológicas na educação. Ao manterem-se informados e abertos a novas abordagens, os educadores podem garantir que a sua prática continua a ser transformadora e relevante.

Capacidade de se manter atualizado com as últimas tendências e práticas em educação inclusiva

Para prosperar num ambiente educativo inclusivo, os educadores precisam de ser proativos e manter-se atualizados sobre as últimas pesquisas e tendências. Isso requer uma abordagem estruturada para a aquisição de conhecimento, como assinar revistas educativas, participar em conferências internacionais e aproveitar as ferramentas digitais para aceder a pesquisas globais e melhores práticas. Por exemplo, o envolvimento em projetos europeus oferece uma excelente plataforma para trocar ideias e aprender com diversos ambientes educativos.

Os educadores que dominam essa competência garantem que os seus métodos de ensino e estratégias de gestão da sala de aula reflitam o entendimento mais atual sobre como apoiar alunos com necessidades de aprendizagem diversas. Além disso, eles contribuem para uma cultura de inclusão que permeia a sua instituição, influenciando políticas e práticas em uma escala mais ampla.



**Co-funded by
the European Union**



CAPÍTULO 6

Estudos de Caso ou Exemplos

Os exemplos a seguir foram retirados dos cursos de Alfabetização Digital para o Mercado de Trabalho do IPSantarém, que enfatizam a educação inclusiva e o crescimento profissional no contexto do ensino e formação profissional. Essas iniciativas destacam aplicações práticas da aprendizagem contínua e da inclusão.

Estudo de caso 1: Crescimento profissional personalizado na educação inclusiva em literacia digital

No curso Alfabetização Digital para o Mercado de Trabalho (LDMT) do IPSantarém, os educadores foram incentivados a personalizar os seus percursos de aprendizagem para atender às necessidades dos alunos com dificuldades intelectuais e de desenvolvimento (DID). Os professores participaram de sessões de desenvolvimento profissional com foco na adaptação de ferramentas digitais e na criação de planos de aula inclusivos.

Por exemplo, no curso de Comunicação e Atendimento ao Cliente, os educadores foram treinados para usar tecnologias como Zoom e Padlet para promover o envolvimento ativo, especialmente para alunos com DID que precisavam de métodos de aprendizagem mais acessíveis e interativos. Essa oportunidade de crescimento profissional permitiu que os professores explorassem como as ferramentas digitais poderiam ser adaptadas a um ambiente de sala de aula inclusivo, onde todos os alunos pudessem prosperar. A formação melhorou a sua capacidade de transmitir conteúdos que atendessem às diversas necessidades dos alunos e colmatassem o fosso digital, garantindo que as práticas de ensino inclusivas fossem totalmente integradas nos seus métodos pedagógicos.



CAPÍTULO 6

Estudo de caso 2: Prática Reflexiva e Melhoria Contínua na Inclusão

Outra iniciativa bem-sucedida na IPSantarém envolveu práticas de ensino reflexivas incorporadas ao CPD para educadores que ensinam alunos com necessidades especiais. Por meio de exercícios de autorreflexão e feedback entre colegas, os professores foram incentivados a analisar criticamente as suas abordagens de ensino e identificar áreas a serem melhoradas. Numa dessas atividades de reflexão, os professores do curso Desenvolvimento de Valores refletiram sobre o quanto as suas aulas promoviam a empatia e a responsabilidade social entre alunos com diversas necessidades de aprendizagem.

Por exemplo, após observar os níveis de envolvimento dos alunos durante uma aula sobre empatia, um professor percebeu que os alunos com dificuldades cognitivas tinham dificuldade com conceitos abstratos. Ao participar de workshops sobre instrução diferenciada e técnicas de avaliação formativa, o professor adquiriu novas estratégias para ajustar o seu ensino, usando exemplos mais concretos e recursos visuais. Esse processo de aprendizagem contínua, apoiado por oportunidades institucionais de desenvolvimento profissional contínuo, melhorou significativamente a capacidade do professor de atender aos alunos onde eles estavam e apoiar as suas jornadas de aprendizagem de forma mais eficaz.



CAPÍTULO 6

Resumo e Reflexão

O Capítulo 6 destacou a importância do desenvolvimento profissional e da aprendizagem contínua na promoção de um ambiente educativo inclusivo, especialmente em contextos de EFP. Discutiu como o CPD pode ajudar os educadores a manterem-se a par das tendências atuais, integrar ferramentas digitais de forma eficaz e garantir que as suas práticas de ensino sejam inclusivas e respondam às necessidades de todos os alunos. Os estudos de caso do curso Literacia Digital para o Mercado de Trabalho destacaram como iniciativas de DPC direcionadas podem fazer uma diferença tangível na capacidade dos professores de adaptar o seu ensino para a inclusão, utilizando tanto a reflexão como ferramentas digitais modernas para melhorar os resultados de aprendizagem.

Refletindo sobre o conteúdo apresentado, fica claro que o compromisso com a aprendizagem ao longo da vida é essencial para os educadores que buscam promover salas de aula inclusivas. O desenvolvimento profissional contínuo capacita os professores a explorar estratégias inovadoras, refletir criticamente sobre as suas próprias práticas de ensino e manter-se atualizados sobre as necessidades educacionais em evolução. Em particular, a integração da literacia digital e de ferramentas, como as utilizadas na IPSantarém, demonstra como o DPC pode ajudar a colmatar a lacuna entre a teoria e a prática, permitindo aos educadores proporcionar acesso equitativo à aprendizagem a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

A jornada para se tornar um educador mais inclusivo requer abertura a novas ideias, autoconsciência e um profundo compromisso com a equidade na educação. Ao envolverem-se ativamente em práticas de desenvolvimento profissional contínuo e reflexivas, os educadores podem construir uma abordagem de ensino resiliente e adaptável que promova a inclusão e atenda às diversas necessidades dos alunos num mundo em constante mudança.

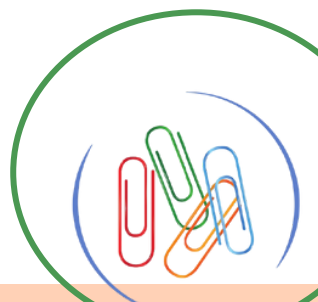


CAPÍTULO 6

Referências Bibliográficas

1. Barbas, M. P., da Silva, A., Torres, A., Rodrigues, A. P., Cavadas, B., Novo, C., Linhares, E., Hamido, G., Luís, H., Piscalho, I., Samartinho, J., Soares, J. B., Dias, J. M., Teixeira, M., José, M., Uva, M., Silva, M., Lopes, N., Branco, N., Matos, P., Seixas, S., & Colaço, S. (2020). **Handbook do Curso em Literacia Digital para o Mercado de Trabalho - Construção (2018-2021) (2nd ed.)**. Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação. <http://w3.esesantarem.pt/literaciadigital>

2. Barbas, M. P., da Silva, A., Torres, A., Rodrigues, A. P., Cavadas, B., Novo, C., Linhares, E., Hamido, G., Luís, H., Piscalho, I., Samartinho, J., Soares, J. B., Dias, J. M., Teixeira, M., José, M., Uva, M., Silva, M., Lopes, N., Branco, N., Matos, P., Seixas, S., & Colaço, S. (2020). **Handbook do Curso em Literacia Digital para o Mercado de Trabalho - Reconstrução (2018-2021) (2nd ed.)**. Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação. <http://w3.esesantarem.pt/literaciadigital>



FINANCIADO PELA UNIÃO EUROPEIA. AS OPINIÕES E PONTOS DE VISTA EXPRESSOS SÃO, NO ENTANTO, DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO(S) AUTOR(ES) E NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE OS DA UNIÃO EUROPEIA OU DA AGÊNCIA EXECUTIVA EUROPEIA PARA A EDUCAÇÃO E A CULTURA (EACEA). NEM A UNIÃO EUROPEIA NEM A EACEA PODEM SER RESPONSABILIZADAS POR ELES.



NÚMERO DE PROJETO: 2023-1-IE01-KA220-VET-000159740



Co-funded by
the European Union

